

VALÉRIA CRISTINA LOPES WILKE

valwilke@gmail.com

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, BRASIL

## NO TEMPO DAS *FAKE NEWS* E DA PÓS- VERDADE – POLÍTICA, DEMOCRACIA E LITERACIA MIDIÁTICA

### RESUMO

Este artigo aborda a informação e as novas mídias na contemporaneidade na relação com a literacia midiática. Por um lado, diagnostica a sociedade considerando-se o existir-no-mundo conforme o arcabouço tecnológico digital que ajunta o ser humano e o mundo numa realidade marcada pela instrumentalidade técnica e pelo consumo técnico dos objetos e ainda numa compreensão de realidade também ela marcada por esse arcabouço. Nele as tecnologias da info-comunicação, as imagens técnicas, as novas mídias, acentadamente, são entendidas como elementos fundamentais para a estruturação da sociedade contemporânea e para o ordenamento mundial. A cultura telemática global, que tem na internet sua face visível e celebrada, existe graças aos fluxos informacionais que como fibras constroem o tecido social ao promoverem inusitadas formas de sociabilidade, de interação comunicativa, de construção/desconstrução de realidade e de verdade. Por outro, a partir da visibilidade que as *fake news* adquiriram na história recente da política brasileira (eleições 2018), pretende-se problematizar a relação da literacia midiática com a democracia a partir do contexto do uso do WhatsApp. Essa ferramenta foi escolhida pela importância que teve naquele sufragio. Os estados democráticos de direito contemporâneos e seus cidadãos estão enfeixados pelas infovias e pelos instantâneos fluxos informacionais. Isso faz com que cada indivíduo apareça como potencial emissor e receptor nas interações proporcionadas pelas diferentes redes sociais. Permite também a rápida disseminação de informações, em distintos formatos, construídas como narrativas a partir de elementos falsos ou distorcidos, ou seja, a partir da desinformação, a qual se mostrou capaz de mover a opinião pública no âmbito das escolhas políticas. Assim, as *fake news*, na conjuntura da pós-verdade, problematizam o uso ético das tecnologias, o sentido de democracia e da cidadania, e também apontam alguns problemas associados às técnicas utilizadas de persuasão digital e às ferramentas de amplificação digital (como *bots* e disparos massivos, por exemplo). Na dramaticidade dos acontecimentos recentes da política brasileira ficou evidente que tão relevante quanto a capacidade para aceder, ler, significar e produzir informações continua a ser o aprender a ler e significar o mundo, no caso, o mundo interligado da sociedade em redes.

**PALAVRAS-CHAVE**

*fake news*; pós-verdade; literacia midiática; política brasileira; WhatsApp

---

**1. INTRODUÇÃO**

Os fenômenos das *fake news* e da pós-verdade se enquadram no escopo das minhas investigações e prática docente. Desde meu doutorado tenho pesquisado as relações estabelecidas entre a informação e a política. A partir de 2018 passei a coordenar o Projeto Multidisciplinar (Ciências Sociais, Filosofia e História) do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da UNIRIO. O PIBID é um programa governamental voltado para as licenciaturas. Visa, primordialmente, incentivar a formação inicial dos futuros docentes da educação básica ao inseri-los, nos primeiros semestres, no cotidiano escolar para que tenham contato com as experiências e com as práticas docentes. Um dos braços do projeto que desenvolvo é a discussão acerca das *fake news*, da pós-verdade e das tecnologias info-comunicacionais como forma de proporcionar aos licenciandos a possibilidade de lidarem com estes temas, uma vez que as licenciaturas brasileiras, em sua grande maioria, não preparam os futuros professores para abordarem questões relacionadas à educomunicação ou à literacia midiática. Por sua vez, a história política recente do Brasil tem provocado a reflexão sobre os rumos da democracia em decorrência da visibilidade que as *fake news* adquiriram no processo das eleições presidenciais de 2018. Nesse sentido, pretende-se problematizar a relação da literacia midiática com a democracia a partir do contexto do uso do WhatsApp. Essa ferramenta foi escolhida pela importância que teve naquele sufrágio. Na dramaticidade dos acontecimentos recentes da política brasileira ficou evidente que tão relevante quanto a capacidade para acessar, produzir e disseminar informações continuam a ser as habilidades de aprender a ler e de significar o mundo, no caso, o mundo interligado da sociedade em redes.

Em primeiro lugar, será abordado o contexto da sociedade em rede que emergiu com as transformações sócio-técnico-econômicas do meio técnico-científico-informacional e que continuam a gerar diferentes consequências nas formas de produzir e reproduzir a vida. A seguir alguns aspectos acerca das *fake news*, da pós-verdade e da literacia midiática serão apresentados.

## 2. ALGUNS SUBSÍDIOS PARA ENTENDER A SOCIEDADE EM REDE

Para discutir a relação da literacia midiática com as novas mídias digitais torna-se necessário abordar sucintamente o existir-no-mundo conforme o arcabouço tecnológico digital que situou o trânsito informacional num patamar diferente daquele concretizado no mundo analógico. Parte-se do suposto de que as tecnologias de info-comunicação e a informação são elementos necessários (mas não suficientes) ao processo da produção e reprodução da vida na sociedade contemporânea e para a dinâmica de sua configuração política no seio do Estado-nação e na vinculação entre os diferentes países.

A perspectiva analítica de Manuel Castells (2005) indicou que as tecnologias de informação (TI), de processamento e de comunicação instantânea estavam no cerne das transformações sociais radicais que ora acompanhamos, uma vez que o decisivo tem sido a “aplicação dos conhecimentos e das informações para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso” (Castells, 2005, p. 69). Outro aspecto diferenciador foi a rápida difusão planetária das TI, mesmo que desigual, entre as décadas de 1970 e 1990. Ele destacou algumas características centrais para explicar a transformação social em curso: a) a matéria-prima desse paradigma é a informação: “*são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre tecnologia*” (Castells, 2005, p. 108), como nas revoluções anteriores; b) a *penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias*: uma vez que a informação acha-se presente em todas as atividades humanas, todos os processos sociais têm sido progressivamente moldados pelas TI; c) a *lógica de redes* que tem perpassado os modos sociais de interação e organização; d) a crescente *convergência tecnológica* que tem promovido um sistema altamente integrado de aparatos tecnológicos. Ademais, o traço fundamental desse novo ordenamento social estaria na instalação das tecnologias de informação e comunicação no núcleo da lógica capitalista. Outras características relevantes dessa sociedade seriam, ainda, a habilidade de produzir e utilizar essas tecnologias como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento; a intensificação dos fluxos informacionais, a ponto de o acesso a eles serem fundamentais para o desenvolvimento geral das sociedades; e o posicionamento dos sujeitos individuais e coletivos, das organizações, instituições e economias nas relações de poder segundo os lugares ocupados nas redes e conforme a importância estrutural dos fluxos informacionais produzidos por eles. Na sociedade em rede, pois, as informações circulariam pelas

televias (infovias) instantaneamente, o que faz com que essa forma societária seja vista, freqüentemente, como a sociedade de informação.

É na circunstância em que as redes de informação e de comunicação estabelecem territórios abstratos extraterritoriais, por meio de suas infovias, que se dá prioritariamente a nova ordem mundial. Nela tornou-se visível que a dimensão informacional-comunicacional avança progressivamente sobre todos os domínios da vida humana e assume um lugar preponderante na estruturação social; que a confluência de inovações organizacionais, tecnológicas, sociais, econômicas, políticas e institucionais estão a engendrar rupturas ou ainda diferenciações nos contextos marcados pela acumulação do capital.

Na sociedade interligada em rede emergiu também um novo modelo de comunicação, pois as mídias digitais multiplicaram a capacidade dos meios tradicionais (satélite, cabos e fibras óticas) e promoveram o modelo comunicacional *todos-todos* (todos os conectados podem receber e enviar informações), cujo pressuposto foi a conversão algorítmica de sons, imagens, textos em bits. A tecnologia digital provocou, por um lado, a ruptura nas maneiras como a informação era produzida e difundida, porque ela passou a ser produzida pelos processos microeletrônicos e difundida de acordo com o modelo descentralizado *todos-todos*. Esse modelo gerou a interatividade digital e fez de cada sujeito conectado um agente receptor-produtor-disseminador de conteúdo informacional. Por outro, cabe ressaltar que essa ruptura não alcançou a posse privada de amplos segmentos da estrutura da web, que permanecem nas mãos de poucas empresas proprietárias que detêm os monopólios globais. Assim torna-se plausível argumentar que o contemporâneo estado democrático de direito e seus cidadãos, portanto, estão enfeixados pelas infovias, pelos instantâneos fluxos informacionais e por esses monopólios.

Sobre essa sociedade interligada é possível ainda alegar que presencia-se, em primeiro lugar, a desestruturação e a reestruturação das instituições políticas e de mecanismos ligados às relações e formas de exercício do poder. Em segundo lugar, assiste-se também, no jogo político, ao aparecimento de novos atores políticos, inclusive os atores digitais (os robots ou, simplesmente, *bots*) e o reposicionamento de antigos. Em terceiro lugar, se essa sociedade conectada provocou o questionamento dos direitos à informação, fato que conduziu à luta em favor da informação como direito inalienável do cidadão, também inseriu a informação na disputa entre o capital e o trabalho. Em quarto lugar, observam-se também mudanças no escopo do trabalho (sua forma, suas relações, sua regulamentação,

sua teorização), uma vez que o caráter *informacional* presente nele tem se tornado mais evidente e também seu papel para a valorização do capital. Em quinto lugar é cabível questionar se somente cresceu o trânsito de informações verdadeiras ou, pelo menos, certas, uma vez que transitam também pelas infovias não apenas informações falsas mas fraudulentas, e ambas conduzem ao estado de desinformação. Por fim, as infovias tornaram-se também caminhos da intolerância, do arbítrio, da violência, da mentira e essa situação rebate a imagem da sociedade da informação como aquela em que havia a promessa de a informação e seu trânsito digital serem os elementos constitutivos de um mundo democrático e menos desigual, ou seja, tal situação problematiza o sentido da própria cidadania digital e das habilidades requeridas para se viver na sociedade atravessada pelas infovias e conectada pela web.

### 3. *FAKE NEWS* E PÓS-VERDADE – O QUE SÃO E CONTEXTO SÓCIO-INFO-COMUNICACIONAL DE SEU APARECIMENTO

O contexto da sociedade em rede conferiu novo significado à anti-quíssima prática de disseminar intencionalmente notícias fraudulentas. Considera-se no âmbito deste trabalho que as *fake news* são informações publicadas com a intenção de enganar, a fim de prejudicar indivíduos, coletivos, organizações, instituições com o fito de auferir ganhos econômicos ou políticos. Por isso é aceitável alegar que elas estão associadas às práticas realizadas pelo chamado *jornalismo marrom* (*yellow journalism*) que espalha deliberadamente informações falsas, equivocadas ou fraudulentas. A consequência dessas notícias fraudulentas é a desinformação.

No Brasil a expressão é utilizada correntemente em inglês; quando traduzida, é preferível dizer *notícias* fraudulentas ao invés de falsas para indicar o dolo que há nelas. Em geral, nas *fake news* são utilizadas manchetes desonestas, sensacionalistas ou escritas de forma a aumentar as visualizações, os compartilhamentos online e os ganhos por cliques na internet.

Em *Verdade e Política*, Hannah Arendt (2009), argumentou que a política se acha intrinsecamente marcada pela verdade factual e também que a democracia seria inseparável da atividade jornalística. A verdade factual liga-se aos fatos, aos eventos, às circunstâncias, ou seja, àquilo que é reconhecido pelas pessoas como legitimamente ocorrido, pelos variados testemunhos, e seriam aqueles, quando aceitos e tidos como comuns, que dariam a base para as concordâncias e discordâncias no diálogo. Por isso

a filósofa explicou que “fatos e opiniões, embora possam ser mantidos separados, não são antagônicos, um ao outro; eles pertencem ao mesmo domínio” (Arendt, 2009, p. 295). Isso não significa que perspectivas e interpretações diferentes de uma mesma circunstância inviabilizem o ocorrido e muito menos que alguém manipule os fatos a partir de seu desejo. Interpretações diferentes de um mesmo acontecimento foram e continuam a ser elaboradas, mas não é admissível arrogar o direito de tocar na própria matéria fatural, como diria Arendt. Ela forneceu um exemplo elucidativo: conta-se que Clemenceau quando perguntado sobre como seria a interpretação histórica da Primeira Guerra Mundial ele teria respondido: “isso eu não sei. Mas tenho certeza de que eles não dirão que a Bélgica invadiu a Alemanha” (Arendt, 2009, p. 296). A partir do rompimento com a realidade comumente compartilhada das questões de fato, base para o diálogo, as concordâncias e os dissensos, é rompida a possibilidade de qualquer interpretação, pois essas passam a ser elaboradas desde uma perspectiva específica. A consequência é que a liberdade de opinião passaria a ser uma farsa. Assim, o perigo não estaria na substituição da verdade factual pela mentira, mas na prevalência do cinismo, o qual impossibilitaria qualquer distinção do que é real e do que não é.

Pode-se defender que o pano de fundo das *fake news* é a quebra do valor associado à verdade factual, que está ligado, por sua vez, ao que se tornou, em 2016, conhecido mundialmente como pós-verdade depois que o Dicionário de Oxford a reconheceu como a palavra daquele ano. A pós-verdade estaria relacionada à circunstância em que os fatos objetivos valeriam menos do que os apelos emocionais ou as crenças pessoais na elaboração da opinião pública. Por conseguinte, seria mais fácil para as pessoas manipularem os dados com base na sua vontade.

O fenômeno das *fake news* deu visibilidade a desafios sociais, educacionais, jurídicos, econômicos, tecnológicos nacionais bem como os teórico-analíticos para lidarem com diferentes fatores e aspectos que as *fake news* descortinam. Isso se deve porque a velha aldeia global de McLuhan foi ampliada pela internet e também às mudanças no modo de comunicação *um-todos* (a informação é transmitida de maneira unidirecional) para *todos-todos*, proporcionado pelas TI digitais. Tal modelo transformou cada cidadão em potencial criador de notícias, opiniões, conteúdos. Cada sujeito conectado tornou-se autor, editor, divulgador de conteúdos devido à facilidade técnica proporcionada por essas tecnologias.

Certamente o paradigma comunicacional *todos-todos* ampliou de maneira revolucionária a possibilidade de publicizar e disseminar informações

e, a princípio, cada indivíduo conectado pode disseminar sua opinião sobre diferentes assuntos, fato que continua difícil nas mídias tradicionais. Paralelamente, as possibilidades de interação social e de comunicação foram também ampliadas pelas mídias digitais e redes sociais, eventos que, por sua vez, se distanciam e nem são regidos pelo *ethos* da comunicação social de países democráticos, que funciona como norte. Tal *ethos*, construído com muita dificuldade ao longo de sua história, estabeleceu modelos de conduta, educação jornalística, códigos deontológicos, aparato jurídico e compromissos com a verdade a ser publicada, com a responsabilidade sobre o que foi divulgada e com a checagem da informação. Entretanto é necessário ressaltar que tal *ethos* funcionou somente em parte e serve mais como pretensão princípio geral do que propriamente como o condutor absoluto das ações envolvidas no fornecimento de informações por rádios, redes televisivas e imprensa impressa. Assim como jornais na passagem do século XIX para o XX publicaram inverdades e calúnias, a guerra contra o Iraque tornou-se recente exemplo clássico: no início do século XXI e antes de as redes sociais terem se tornado o que hoje são, ela foi criada e alimentada por notícias fraudulentas de que Saddam Hussein tinha arsenal de armas químicas de destruição em massa.

Por outro, a internet representou também o controle de sujeitos individuais e coletivos por diferentes instâncias, instituições, organizações, empresas. Grandes aparatos de informação como Google, Facebook, YouTube, Twitter, WhatsApp, Amazon, por exemplo, não são países e por isso, não podem estabelecer leis como os Estados-Nação. Em contrapartida, a capacidade que possuem de interferir na liberdade de expressão tem se mostrado muito maior do que a da maioria dos países. Esse componente gera dificuldades tremendas, pois essas gigantes empresas de informação estão, no mais das vezes, para além do controle público e social de suas responsabilidades como, por exemplo, as relacionadas às causas e efeitos das *fake news*. As grandes empresas que operam com a informação mediada pelas TI mantiveram o mesmo modelo monopolista da comunicação social vigente no contexto analógico da comunicação, ou seja, em primeiro lugar, elas não são públicas na sua propriedade e também nas formas de controle. Em segundo, elas são atravessadas pela lógica da acumulação do capital e é tal lógica que transparece na conduta de incontáveis agentes que disseminam conteúdo (verdadeiro, falso ou fraudulento) por causa de cliques (*likes*) que remuneram. Como explicou Bucci, “notícias fraudulentas dão lucro. Dentro do ambiente virtual do Google e do Facebook, a fraude compensa. Quanto maior o número de *clicks*, mais o autor fatura” (Bucci,

2018, p. 27). Pesquisas realizadas especialmente desde 2016 revelaram que a repercussão das notícias fraudadas é muito maior do que na época das velhas mídias tradicionais e do modelo comunicacional *um-todos*, por causa da velocidade, da escala e do alcance do que é disseminado pelas redes. Bucci esclarece

Vários levantamentos mostram que as notícias fraudulentas repercutem mais do que as verdadeiras. E mais rapidamente. E arrebatam as amplas massas de um modo acachapante, num grau jamais atingido pelos meios jornalísticos mais convencionais. Em questão de um dia ou dois, a campanha de Trump conseguiu fazer com que metade dos Estados Unidos acreditasse que Barack Obama nasceu no Quênia. (Bucci, 2018, p. 27)

A informação fraudulenta não é prerrogativa norte-americana. Durante a campanha presidencial brasileira de 2018, a chamada “mamadeira de piroca”<sup>1</sup> (ou “mamadeira erótica do PT”) e o famigerado “kit gay”<sup>2</sup> foram associados maciçamente à política educacional do Partido dos Trabalhadores e de seu candidato, Fernando Haddad, pelo então candidato à presidência Jair Bolsonaro e disseminadas pelas redes sociais ligadas a ele. A esse respeito explicou a jornalista Nathália Portinari:

Em um universo paralelo, Fernando Haddad, quando era ministro da Educação, obrigou colégios a adotarem um livro incentivando pais a estuprarem suas filhas. Nessa realidade alternativa, o petista também teria proposto estatizar crianças e incentivado adolescentes a se masturbarem coletivamente nos pátios das escolas – há, inclusive, um vídeo dessa prática. Essas informações são falsas, mas circulam como verdadeiras nos grupos de WhatsApp de apoiadores de Jair Bolsonaro, a poucos dias das eleições presidenciais no país. (Portinari, 2018)

Abaixo uma das fotos da “mamadeira de piroca” que circulou como potente *fake news*: em conformidade com a notícia fraudulenta, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) teria entregue essas mamadeiras para

<sup>1</sup> No Brasil, “piroca” é um dos termos populares para o órgão sexual masculino.

<sup>2</sup> “Kit gay” é o nome pejorativo dado por seus detratores a um conjunto de materiais do Programa Escola Sem Homofobia, atribuído a Fernando Haddad, quando foi ministro da Educação. Essa informação é totalmente falsa. O Programa é anterior a Haddad no MEC, e era composto de três filmes e um guia de orientação aos professores para apoiar a discussão no combate ao preconceito e discriminação de homossexuais no ambiente escolar. Devido às fortes críticas da bancada parlamentar religiosa ele não foi implantado e nem distribuído nas escolas para os/as docentes.

as creches públicas, crença que ainda permanece. Atente-se para o número milionário de visualizações (3.458.141) e de compartilhamentos dessa única fonte.

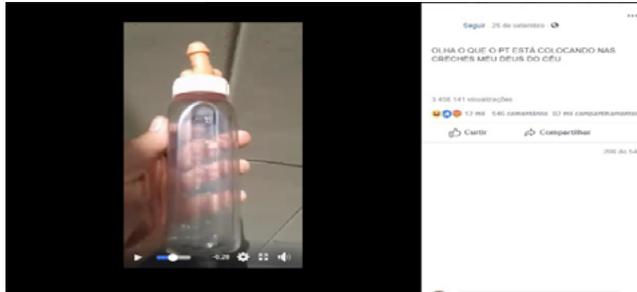


Figura 1: a famigerada “mamadeira erótica do PT” ou “mamadeira de piroca”

Fonte: El País/Reprodução

As fotos, os vídeos e os comentários de pessoas comuns que tinham “visto”, “sabido” ou “recebido” tais objetos circularam como fogo em palha seca pelas contas pessoais no Facebook, no WhatsApp, Twitter, nas famílias e púlpitos de igrejas neopentecostais. O próprio candidato Jair Bolsonaro alimentou impunemente essa falsa crença nas mídias tradicionais (programas de TV e de rádio, grandes jornais, por exemplo, antes e após sua eleição) sem que houvesse questionamento dos jornalistas acerca da veracidade dela.

Outro elemento a ser considerado nos processos de trocas informacionais na sociedade em rede é o do chamado *efeito da câmara de eco* que, consoante David Weinberger (2004), nomeia os “espaços da internet onde pessoas com afinidades similares tendem a ouvir apenas àqueles que já concordam com elas”. Em relação a esse efeito, pode-se afirmar que, por um lado, as infovias abriram a possibilidade de acessar uma quantidade quase incomensurável de informação de fontes diversas e em diferentes formatos, aspecto que levaria a pressupor o contato com a diversidade e o pluralismo. No entanto, é perceptível que os indivíduos buscam informações a partir de viés limitado (e muitas vezes preconceituoso), o qual reforça as opiniões já estabelecidas com base em fatos ou factoides. A câmara de eco nada mais seria do que as chamadas “bolhas informacionais”.

Muito da novidade do potencial político para a disseminação de *fake news* decorre justamente de se viver em “bolhas informacionais” em

tempos de pós-verdade, porque a experiência recente das redes digitais tem mostrado que o ideal da aldeia global digital que marcou o imaginário social liberal referente à internet e à sociedade em rede, nos seus primórdios, é desautorizado pela maneira mais recorrente de indivíduos e grupos buscarem se informar pelas redes digitais. Esse fato gera a forte suposição de que ao invés de utilizar a pluralidade e diversidade de fontes e perspectivas, presentes na internet, para a construção da opinião, lança-se mão das “bolhas informacionais” como recurso corriqueiro de fonte de informação. Uma característica que salta aos olhos em relação às câmaras de eco é a impermeabilidade das redes sociais aos diferentes discursos e perspectivas, isto é, em multidões especulares o dissenso não penetra porque ou é visto com suspeita ou nem mesmo é percebido. Essa situação em muito é alimentada pelos próprios algoritmos que compõem a estrutura tecnológica da rede. Esse contexto parece apontar para a circunstância em que as “bolhas informacionais” são incrementadas pela experiência do declínio da verdade factual, uma vez que subjaz a crença de que aquele com quem não comungo ‘fatos’ me engana com factoides.

Fotos e vídeos da suposta “mamadeira erótica do PT” circularam maciçamente nas redes sociais, especialmente nos grupos públicos e privados do WhatsApp. No Brasil, de modo peculiar, o WhatsApp se transformou numa rede social para a discussão em grupos. A comunicação por meio dele é bem específica porque as mensagens são limitadas aos participantes dos grupos e desses podem ser disseminados para outras pessoas ou grupos. A comunicação é difusa e as mensagens são propagadas por smartphones sem permitir saber qual foi a fonte primária da informação. Para o pesquisador Fabrício Benevenuto, o WhatsApp é muito difícil de ser rastreado devido à criptografia das mensagens e por isso é campo fértil para a difusão de *fake news* e desinformação (Benites, 2018). No Brasil, 60% da população usam o WhatsApp, que é uma das fontes elementares de informação da população. Esse índice está muito acima da média mundial, em torno de 15% e por isso chamou a atenção de pesquisadores e de jornalistas investigativos.

De acordo com publicações recentes (Ferreira & Soares, 2018; Mance, 2018, dentre outros) sobre a atuação das redes bolsonaristas no WhatsApp é possível vislumbrar a seguinte situação, que paulatinamente tem sido explicada em seu *modus operandi*. Tais redes são constituídas por nodos (pessoas, grupos, igrejas, instituições, partidos, etc.) e por suas interligações. Por esses nodos interligados fluem diferentes elementos, que se ramificam e multiplicam. A análise desses fluxos mostrou que as redes bolsonaristas

são simultaneamente, em três níveis, centralizadas, descentralizadas e distribuídas (Mance, 2018). O primeiro, centralizado, é composto pelo núcleo duro do bolsonarismo (atores sociais militares, políticos, econômicos e militantes) que decide estratégias, administra os fluxos, mantém relações nacionais e internacionais e alimenta os *hubs* do nível dois. Esse funciona de modo descentralizado e é constituído por atores sociais que se conectam, via WhatsApp, a alguns nodos do terceiro nível e não a todos. Cabe a eles, a partir de algoritmos, cruzar dados dos usuários desse aplicativo com números de telefones confirmados em outras redes e criar as bases de dados segmentadas pelos interesses dos usuários. Eles também são responsáveis por direcionar, seguidamente, informações (fraudulentas ou não), tal como num bombardeio, a partir da fundamental utilização de *bots*, ou seja, da ação de programas que conseguem ler, classificar e distribuir rapidamente milhões de mensagens, de modo segmentado. O terceiro nível recebe essas informações ponto-a-ponto e as distribui pelos grupos de familiares, de amigos, da igreja, do clube, etc. Ferreira e Soares afirmaram (2018)

Para multiplicar as células no aplicativo, eram utilizadas listas com números de celular fornecidas diretamente por funcionários do clã Bolsonaro. Diversas listas com números telefônicos foram retiradas pessoalmente de escritórios no Rio de Janeiro e em São Paulo – prática comum em campanhas para driblar a legislação eleitoral, que só permite o uso de base de dados dos próprios candidatos. Em seguida, por telefone, cada uma das listas era associada ao perfil de um grupo específico: jovens, mulheres, pobres, evangélicos, entre outros. Os grupos eram criados e alimentados manualmente. Um a um, centenas de contatos migravam do papel para a rede, sem a autorização prévia dos usuários. (...) Para evitar a debandada, os disparadores enviavam mensagens privadas, com referências nominais aos proprietários dos números. (...) Após o grupo atingir uma estabilização de participantes, o funcionário da agência transferia sua administração para um dos integrantes e deixava o grupo. O procedimento era feito para que não houvesse sobrecarga dos operadores, que ficariam livres para criar novos grupos e cuidar da gestão deles – um desenho semelhante às pirâmides financeiras. (Ferreira & Soares, 2018)

A cada acréscimo de comentários e de memes, mesmo no caso de *fake news*, cada participante de um grupo de WhatsApp cola sua credibilidade ao que postou, fato que dificulta ainda mais a descrença na mensagem

recebida. Sobrepondo-se a esse *modus operandi*, atuaram e atuam ainda as células de apoio: a) *grupos de disparo* maciço em que o administrador envia peças informacionais para serem disseminadas pelas redes; b) os *grupos de ataque* que são acionados pelos administradores para atacarem em massa determinados *links*, pessoas, instituições; c) os *grupos públicos* em que administradores e participantes interagem.

O WhatsApp tem mais de 120 milhões de usuários no Brasil. Os nodos do terceiro nível também foram e são ainda o destino final dos impulsionamentos pagos. A jornalista Patricia Melo, do jornal *Folha de São Paulo*, publicou uma reportagem elucidativa em outubro de 2018, na qual mostrou como funcionavam os disparos em bloco de centenas de milhões de mensagens contra o Partido dos Trabalhadores (PT) no WhatsApp, bancados por empresários, prática considerada ilegal pela Justiça Eleitoral brasileira. Conforme a investigação da jornalista, esses empresários compraram o serviço “disparo em massa” vendido por agências de estratégia digital, outra prática ilegal no Brasil, para os impulsionamentos maciços. As empresas forneceram as bases de dados segmentadas por região e por renda e os clientes recebiam os relatórios do serviço prestado. Ou seja, ela mostrou como os usuários eram classificados, nos grupos que participam, por meio de algoritmos para que fosse possível enviar mensagens para eles, de modo específico e de maneira coordenada. Segundo a jornalista (*Folha ignora Bolsonaro*, 2019), a importância da reportagem estava no fato tornar público o funcionamento das campanhas de manipulação da opinião pública com as *fake news*.

É possível afirmar que os grupos privados do WhatsApp funcionaram como potentes bolhas informacionais que repercutiram mensagens, especialmente as disparadas em bloco, a partir das estratégias baseadas no antipetismo (justificada basicamente pela associação do Partido dos Trabalhadores à corrupção) e na pauta moralista, especialmente cara a segmentos religiosos como os evangélicos neopentecostais, que integrava a vinculação do PT ao comunismo, à “gayzificação” e à erotização de crianças e adolescentes, à destruição da família tradicional e dos bons costumes compartilhados pelos *cidadãos de bem*.

### 3.1. A LITERACIA MIDIÁTICO-DIGITAL (INFORMACIONAL) E AS FAKE NEWS

Um dos problemas centrais do Brasil é o imenso quantitativo de analfabetos funcionais, que se soma ao dos analfabetos em geral, frutos da

histórica educação deficitária e desigualitária, em que pesem os avanços alcançados notadamente nos 13 anos dos governos encabeçados pelos presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef. Não obstante, ainda vigora o panorama em que três em cada dez brasileiros entre 15-65 anos são analfabetos funcionais (praticamente 30% da população do país). Essa situação tende a se tornar mais dramática em decorrência das políticas públicas educacionais recentes do governo Jair Bolsonaro que passaram a privilegiar, por um lado, o combate ao “marxismo cultural” e à “ideologia de gênero”, supostamente presentes no ambiente escolar, e a militarização das escolas. Por outro, continuam a crescer os constantes cortes das verbas públicas destinadas à educação, à ciência e à saúde, desde a aprovação da chamada *PEC do Teto dos Gastos*<sup>3</sup>, de cariz neoliberal, que congelou por 20 anos os investimentos públicos.

Acredito que transitar pelas infovias da sociedade em redes exige estar capacitado para ler o mundo que existe conforme as prerrogativas desse tipo societário e, para tanto, torna-se preciso que sejam formadas e desenvolvidas as habilidades necessárias a essa leitura. Desde a pesquisa doutoral (Wilke & Jardim, 2008) tenho abordado a literacia midiática em termos do *habitus* informacional. Em diálogo com a reflexão de Pierre Bourdieu (1999), desenvolvi, no âmbito da noção de dispositivo informacional, as ideias de campo informacional e seus correlatos, capital e *habitus* informacionais. Em relação ao escopo desse artigo retomo de modo sucinto a concepção de *habitus* informacional como o conjunto de disposições permanentes que fazem com que um determinado sujeito se apresente como produtor, emissário e usuário de diferentes tipos de informação, e com que ele também transite, com um mínimo de desenvoltura, pelas TI e pela produção, armazenamento, recuperação e significação da informação.

No que tange ao *habitus* informacional, ele diz respeito à alfabetização informacional ou à competência/habilidade para lidar com a informação e pode ser definido como o processo continuado da internalização de habilidades, de conceitos e atitudes que promovam o entendimento da lógica do trânsito pelas infovias e do que é recebido, produzido, enviado e significado. Dentre as características que localizei como associadas ao *habitus* informacional, ressalto a habilidade para lidar com a informação no formato analógico e a informação no formato digital; a habilidade para lidar com a informação de modo competente e autônomo; a habilidade para localizar e entender o tipo de informação utilizado - contextual, utilitária ou

<sup>3</sup> Proposta de Emenda Constitucional/PEC 55/2016 (Senado Federal) e PEC 241/2016 (Câmara dos Deputados), aprovadas em 2016 nas duas casas legislativas.

seletiva (Barreto, 1994); a habilidade para lidar com diferentes tipos de fontes de informação, as ferramentas utilizadas nos sistemas informacionais e as estratégias para acessar e recuperar a informação; a habilidade para avaliar a informação (por exemplo, exata, inexata, falsa, relevante, fraudulenta); a habilidade para selecionar a informação adequada aos seus objetivos; a habilidade para receber, produzir, emitir a informação no meio digital, principalmente ao se ter em vista as *fake news* e a produção de desinformação. Certamente, tal conjunto de *habitus* acha-se ligado ao nível educacional e ao capital cultural e essa relação intrínseca aponta para a importância fundamental de modelos e políticas educacionais que contemplem a educação para as mídias, notadamente as digitais.

Considero que o desenvolvimento de habilidades concernentes ao *habitus* informacional e à posse do capital informacional são algumas das condições básicas que promovem a leitura do mundo relativo à sociedade em rede e qualifica o uso das TI e dos meios digitais. Esses dois aspectos contribuem para combater a compreensão ingênua de que o mero acesso às tecnologias digitais conduziria necessariamente ao seu uso qualificado, pois se um indivíduo não tiver bem desenvolvido o *habitus* informacional e/ou se seu capital informacional for reduzido, muito pouco adiantam o acesso às TI e à informação em meio eletrônico. Isso se deve ao fato de que adquiri-los e desenvolvê-los está relacionado, em última instância, à alfabetização digital ampliada, pois como afirma Arlindo Machado, “o analfabeto de nosso tempo já não é mais aquele que não sabe ler e escrever, mas sim aquele que não sabe articular um discurso multimidiático pleno” (Machado, 2001, p. 108).

Contudo, o desenvolvimento do *habitus* informacional é dificultado, por um lado, pela precariedade da formação de professores preparados para lidarem com a literacia midiática digital e, por outro, pelo quadro geral da educação brasileira: no Brasil atual vivenciamos uma confluência de déficits educacionais, o dos analfabetos e analfabetos funcionais, que se acopla à deficiente formação educacional para o desenvolvimento do conjunto de habilidades informacionais e para a aquisição do capital informacional, requeridos para se viver na sociedade em redes. Tal junção tornou-se fornecedora de ingredientes abundantes que contribuíram para o crescimento da massa circulante de *fake news* relativas às escolhas dos caminhos políticos do País. O caso da relação cada vez mais comprovada entre a ampla circulação das *fake news* na eleição presidencial brasileira de 2018 pelas redes sociais, especialmente o WhatsApp, e o resultado final demonstrou cabalmente como o acesso às infovias de modo não qualificado, ou seja,

sem o desenvolvimento do hábitos informacionais e sem a posse mínima dos recursos do capital informacional, podem conduzir à circulação maciça de *fake news* e ao desastre da desinformação política.

#### 4. CONCLUSÃO

O objetivo do artigo foi problematizar a relação da literacia informacional ou midiático-digital com a democracia a partir do contexto político do uso do WhatsApp. As considerações apresentadas são resultado das reflexões oriundas da pesquisa institucional e da prática docente, que me levaram a investigar a relação das *fake news* com a pós-verdade e com as tecnologias informacionais. O WhatsApp, por sua vez, é um dos aplicativos de maior sucesso no Brasil e parte considerável dos seus 120 milhões de usuários o usa como fonte primária de informação: por ser gratuito, é o aplicativo utilizado pelos amplos segmentos populacionais pobres (classes C, D e classe média baixa). Hoje assiste-se a explicitação paulatina dos processos que fizeram com que as notícias fraudulentas impactassem as eleições presidenciais brasileiras de 2018, pois tem se tornado perceptível pelos resultados das pesquisas realizadas sobre o uso desse aplicativo nas recentes campanhas políticas, que o sujeito conectado com um smartphone (telemóvel) nas mãos foi o alvo preferencial dos impulsionamentos pagos via WhatsApp nesse escrutínio. Esse aplicativo é exemplo da força do modelo comunicacional *todos-todos* instaurado pela sociedade em rede, que transformou cada indivíduo conectado em um agente receptor-produtor-disseminador de conteúdo informacional.

Ao longo do texto alinhavi algumas ponderações para destacar a importância da formação para a literacia informacional na circunstância contemporânea em que assistimos a quebra de pilares da democracia. A discussão a respeito das *fake news* e da pós-verdade evidenciou que a quebra da verdade factual contribui para a fratura da arquitetura do estado democrático, uma vez que essa se alicerça sobre o que é reconhecido pelos sujeitos individuais e coletivos como legitimamente ocorrido, a partir do que concordam, discordam, disputam. Essa conjuntura favorece a posição de indivíduos que passam a considerar posicionamentos e perspectivas diferentes das suas como factóides. Ademais, no ambiente das infovias, ela fomenta a circulação de *fake news*, pois o rompimento com a realidade comumente compartilhada fortalece a indistinção do que é real e do que não é. Apesar de a sociedade em redes possibilitar o acesso incomensurável

à pluralidade de informações, de fontes e de perspectivas, hoje nota-se o acentuado consumo informacional (produção e recepção de informações) desde o viés limitado de acesso, o qual, via de regra, reforça as opiniões já estabelecidas a partir de fatos ou factoides. Esse aspecto fortalece o fenômeno das câmaras de ecos (ou bolhas informacionais) que, por serem notadamente impermeáveis, dificultam que multidões acessem posições contrárias e divergentes ou porque são vistas com suspeita ou porque nem são percebidas. Tal situação contribui para a consolidação do ambiente em que essas bolhas informacionais são incrementadas pelo declínio da verdade factual, o qual também alimenta a circulação crescente de *fake news*, fatos que provocam a desinformação.

As questões ponderadas são fundamentais, por um lado, para a percepção e a preocupação concernentes ao futuro da liberdade de expressão e da própria democracia nas sociedades contemporâneas. Por outro, no que tange à literacia midiático-digital, considero legítimo questionar a falta de clareza e de empenho dos formuladores de políticas públicas educacionais brasileiras quanto à formação de docentes preparados para lidarem com as habilidades relacionadas ao capital e ao *habitus* informacionais requeridas para a vivência na sociedade em rede; e também a frouxidão de políticas públicas que não conseguem contemplar de modo eficaz a educação de crianças e jovens para a literacia midiática, sobretudo a digital. Num país marcado pelos altos índices de analfabetismo (de sobremaneira o funcional), fruto de uma educação deficitária e desigualitária, torna-se dramático o cenário da circulação de *fake news*: o estrago produzido pela desinformação foi maior entre contingentes populacionais formalmente despreparados para lidarem criticamente com o que circula pelas infovias e sem grandes recursos do capital informacional para enfrentarem com criticidade as bolhas informacionais e as notícias fraudulentas. Saliento que esse quadro tem todas as condições para se tornar mais agudo em decorrência das políticas públicas educacionais recentes propostas e desenvolvidas pelo governo de Jair Bolsonaro.

Por fim, cabe ressaltar que a reflexão realizada no âmbito da investigação institucional mostrou, em primeiro lugar, que tão relevante quanto a capacidade para acessar, produzir e disseminar informações continuam a ser as habilidades de aprender a ler e de significar o mundo, no caso, o mundo interligado da sociedade em redes. Em segundo lugar, que a força do ideário democrático permanece atada à capacidade de compreensão e de significação do mundo pelos cidadãos e cidadãs e na construção de uma

esfera pública em que a opinião pública, individual e coletiva, seja crítica em relação às informações verdadeiras, falsas ou fraudulentas (*fake news*), que circulam pelo tecido social.

## REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (2009). *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva.
- Barreto, A. A. (1994) A questão da informação. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4), 3-8. Retirado de [http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/vo8no4/vo8no4\\_01.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/vo8no4/vo8no4_01.pdf)
- Benites, A. (2018, 28 de setembro). Checagem no WhatsApp é trabalho mais nobre para conter *fake news*. *El País*. Retirado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/27/politica/1537999429\\_399901.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/27/politica/1537999429_399901.html)
- Bourdieu, P. (1999). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Bucci, E. (2018). Pós-política e corrosão da verdade. *Revista USP*, 116, 19-30. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.voi116p19-30>
- Castells, M. (2005). *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Ferreira, G. & Soares, J.P. (2018, 24 de outubro) Como funciona a máquina de WhatsApp que pode eleger Bolsonaro. *Época*. Retirado de <https://epoca.globo.com/como-funciona-maquina-de-WhatsApp-que-pode-eleger-bolsonaro-23180627>
- Folha ignora Bolsonaro e dá prêmio de jornalismo à matéria sobre disparos de WhatsApp durante a campanha (2019, 24 de fevereiro). *Revista Forum*. Retirado de <https://revistaforum.com.br/politica/folha-ignora-bolsonaro-e-da-premio-de-jornalismo-a-materia-sobre-disparos-de-WhatsApp-durante-a-campanha/>
- Machado, A. (2001). *O quarto iconoclasmo e outros ensaios hereges*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.
- Mance, E. (2018, 25 de outubro) As Redes de WhatsApp como armas de Guerra Híbrida na campanha presidencial de Jair Bolsonaro. *Agencia Latinoamericana de Información*. Retirado de <https://www.alainet.org/pt/articulo/196145>
- Mello, P. C. (2018, 18 de outubro). Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. *Folha de São Paulo*. Retirado de <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-WhatsApp.shtml>

- Portinari, N. (2018, 04 de outubro) O que pensam e compartilham os bolsonaristas de WhatsApp. *Época*. Retirado de <https://epoca.globo.com/o-que-pensam-compartilham-os-bolsonaristas-de-WhatsApp-23128156>
- Weinberger, D. (2004, 21 de fevereiro) Is there an echo in here? *Salon*. Retirado de [www.salon.com/2004/02/21/echo\\_chamber/](http://www.salon.com/2004/02/21/echo_chamber/)
- Wilke, V. C. L. & Jardim, J. M. (2008). *Do campo informacional e seu capital simbólico: reflexões a partir do Estado-nação*. Comunicação apresentada no IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Ciência da Informação e Biblioteconomia, São Paulo. Retirado de <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/2999/2125>

Citação:

Wilke, V. C. L. (2019). No tempo das *fake news* e da pós-verdade – política, democracia e literacia midiática. In S. Pereira (Ed.), *Literacia, Media e Cidadania – Livro de Atas do 5.º congresso* (pp. 381-398). Braga: CECS.